

A.I. N.º - 206919.0008/00-6
AUTUADO - FRANGOSUL S/A AGRO AVÍCOLA INDUSTRIAL
AUTUANTE - ARIVALDO LEMOS DE SANTANA
ORIGEM - INFAZ SIMÕES FILHO
INTERNET - 11.09.03

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF N° 0352-03/03

EMENTA: ICMS. 1. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTA FISCAL NO REGISTRO DE ENTRADAS. MERCADORIA SUJEITA A TRIBUTAÇÃO. Infração não caracterizada. 2. DMA. FALTA DE APRESENTAÇÃO. MULTA. Descumprimento da obrigação acessória. Infração comprovada. Auto de Infração PROCEDENTE EM PARTE. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 05/07/02, exige as multas abaixo indicadas, imputando ao autuado as seguintes infrações:

1 – “Deu entrada no estabelecimento de mercadoria (s) sujeita(s) a tributação sem o devido registro na escrita fiscal” – R\$33.422,96.

“Falta de registro na escrita fiscal de entradas de mercadorias, tendo em vista apurarmos divergências entre a escrita fiscal e a escrita contábil. Apuramos que em dezembro/98 constava registrado, na escrita contábil, o estoque final no valor de R\$476.010,36, enquanto que no livro Registro de Inventário constava o registro fiscal no valor de R\$141.780,70. Indicando que houve falta de registro fiscal de entradas de mercadorias no exercício de 1998 no valor de R\$334.229,66”;

2 – “Deixou de entregar no prazo regulamentar o DMA (Declaração de Apuração Mensal do ICMS)” – 05 UPF’s-BA.

O autuado apresenta impugnação às fls. 22 a 26, inicialmente reconhecendo o cometimento da infração 2, e esclarecendo que se destaca na industrialização e venda de gêneros alimentícios no cenário nacional e internacional. Acrescenta que para tanto, tem em sua atividade operacional uma demanda considerável de operações de transferência de mercadoria, pois possui filiais em quase todo território nacional.

No que diz respeito à infração 1, alega que a divergência apontada pelo autuante se deve ao lapso de tempo entre a escrituração contábil das saídas das mercadorias por transferência da matriz no Rio Grande do Sul e a chegada destas à filial neste Estado. Explica que sendo a contabilidade centralizada, ao ser emitido um documento de transferência (dezembro/98), de imediato resulta um registro na conta estoque contábil da filial, ao tempo que na escrita fiscal só é efetuado o registro no momento da chegada das mercadorias, ou seja, em janeiro/99. Apresenta para consubstanciar sua argumentação, demonstrativo listando os documentos fiscais de transferências emitidos no final do mês de dezembro/98, cópias autenticadas dos mesmos, bem como do livro Registro de Entrada, com objetivo de confirmar que as respectivas mercadorias saíram da matriz em dezembro/98 e deram entrada no estabelecimento filial em janeiro/99. Ao final, pede a improcedência da infração em questão.

O autuante, em informação fiscal (fls. 109 a 111), diz que o autuado apresentou cópia da página 7498 do livro contábil Razão nº 8, referente à movimentação no mês de janeiro/99 da conta transitória “ICMS S/ Transferência”, onde se verifica que contabilmente os créditos do ICMS foram imputados a filial Bahia corretamente, ou seja, no mês de janeiro/99, diferentemente do que informa a empresa ter ocorrido com os lançamentos do estoque. Considera estranho o descompasso, tratando-se de uma contabilidade informatizada. Entende que o sujeito passivo não demonstrou que as notas fiscais emitidas pela matriz em dezembro/98 e registradas na escrita fiscal da filial em janeiro/99, foram efetivamente registradas contabilmente, pela matriz, na conta estoque da filial em dezembro/98, o que ao seu ver elidiria a infração. Ao final, pede a procedência do Auto de Infração.

Diante das alegações e documentações apresentadas pelo autuado na sua peça defensiva, a 3ª JF deliberou que o presente PAF fosse convertido em diligência à ASTEC, a fim de que fiscal estranho ao feito prestasse as seguintes informações:

- 1) verificasse a data de lançamento das notas fiscais apresentadas pelo autuado, tanto na escrita contábil como na escrita fiscal;
- 2) examinasse se as referidas notas fiscais foram registradas contabilmente pela matriz, na conta estoque da filial (autuado) em dezembro/98;
- 3) informasse em que data foram apropriados os créditos, tanto na escrita fiscal como contábil;
- 4) anexasse aos autos cópias dos documentos comprobatórios.

O fiscal diligente, em face da solicitação supra, elaborou parecer às fls. 115 a 122, prestando as seguintes informações:

- 1 – Que à vista do livro RE do autuado, constatou que todas as notas fiscais, objeto da autuação, foram escrituradas no mês de janeiro/99. No tocante à escrita contábil, diz que conforme lhe informou o supervisor administrativo da empresa autuada, a mesma não registra as notas fiscais individualmente, e sim pelo total mensal.
- 2 – Que conforme lhe informou o supervisor administrativo da empresa autuada, a matriz não trabalha com a conta “estoque de filial”, ou coisa que o valha.
- 3 – Que o lançamento do crédito do imposto na escrita fiscal do autuado se deu no mês de janeiro/99. No que se refere à escrita contábil, diz que apesar de não ser possível se verificar o dia, dentro do mês de janeiro/99, em que foram efetivados os lançamentos, constatou que tais valores foram apropriados sempre dentro deste mês.

Considerando que ainda persistiam dúvidas após as informações prestadas pelo diligente às fls. 115 a 122, esta JF deliberou que o presente PAF fosse novamente convertido em diligência à ASTEC, a fim de que o fiscal que efetuou o trabalho atendesse as seguintes solicitações:

- 1) intimasse o autuado a apresentar todas as notas fiscais de entrada referentes aos meses de dezembro/98 e janeiro/99;
- 2) informasse como deduziu que a empresa autuada escriturou contabilmente as notas fiscais, objeto da autuação, dentro do mês de janeiro/99. Intimasse novamente a empresa a apresentar os livros Diário e Razão, e comprovasse essa dedução relacionando todas as notas fiscais que foram escrituradas nos referidos livros, no mês em exame;

- 3) intimasse o autuado a apresentar todas as notas fiscais de saídas do estabelecimento matriz referentes aos meses de dezembro/98 e janeiro/99;
- 4) verificasse em que mês foram lançadas, pela matriz, as notas fiscais objeto deste lançamento, tanto na contabilidade, quanto na escrita fiscal;
- 5) em caso de as notas fiscais não serem lançadas na contabilidade, individualmente, procedesse ao somatório dos documentos fiscais em cada mês (dezembro/98 e janeiro/99), e comparasse o valor total com o lançamento efetuado na contabilidade (tanto na matriz, quanto no estabelecimento autuado);
- 6) informasse como deduziu que a empresa autuada apropriou os créditos contabilmente, referentes às notas fiscais, objeto da autuação, dentro do mês de janeiro/99. Comprovasse essa dedução relacionando todas as notas fiscais e os respectivos créditos que foram lançados em sua escrita no mês em exame;
- 7) anexasse aos autos cópias dos documentos comprobatórios.

O novo fiscal diligente, atendendo a solicitação supra, elaborou o Parecer ASTEC nº 0131/03 (fls. 184 a 187), chegando as seguintes conclusões:

- a) “a empresa emitiu notas fiscais no mês de dezembro/98 de diversas filiais e como a contabilidade é centralizada, automaticamente incluiu as quantidades contidas nas notas fiscais no estoque da contabilidade do estabelecimento destino”;
- b) “como as filiais estão localizadas no extremo do Rio Grande do Sul (Passo Fundo) e Mato Grosso estas mercadorias levam de 05 a 07 dias para chegar no destino (Simões Filho) e as notas fiscais emitidas a partir do dia 28 a 31/12/98 só foram lançadas na escrita fiscal a partir de janeiro/99”;
- c) “A empresa destinatária deveria ter registrado no inventário a diferença entre o estoque físico e o contábil intitulado “Mercadorias em Trânsito” o que não foi feito;
- d) “constata-se uma diferença entre o valor total das notas fiscais lançadas na escrita fiscal e o valor correspondente a transferência dos estabelecimentos remetentes no registro contábil”. “A empresa alegou que esta diferença refere-se ao custo e o valor de pauta fiscal”.

Tanto o autuante como o autuado tomaram ciência da diligência efetuada, sendo que apenas o último se manifestou (fls. 213 a 216), dizendo que o Parecer nº 0131/03 vem corroborar com a própria defesa do impugnante. Discorda apenas da conclusão do diligente nos itens “c” e “d” de seu parecer. Afirma que na descrição dos itens 3.9 e 3.10 do referido Parecer, o próprio diligente explica a questão da divergência. Entende, também, que não pode ser imputado a empresa um dever de forma de escrituração que foge ao objeto do Auto de Infração. Ao final, dizendo que no máximo poderia se admitir uma irregularidade de caráter formal, pede a improcedência do item em exame.

VOTO

Em relação à infração 2, o próprio autuado reconheceu o seu cometimento, não havendo necessidade, portanto, de maiores considerações.

No que diz respeito à infração 1, o autuado alega que a divergência apontada pelo autuante se deve ao lapso de tempo entre a escrituração contábil das saídas das mercadorias por transferência da matriz no Rio Grande do Sul e a chegada destas à filial neste Estado. Afirma que as

respectivas mercadorias saíram da matriz em dezembro/98 e deram entrada no estabelecimento filial em janeiro/99.

O autuante, por sua vez, disse que o sujeito passivo não demonstrou que as notas fiscais emitidas pela matriz em dezembro/98 e registradas na escrita fiscal da filial em janeiro/99, foram efetivamente registradas contabilmente, pela matriz, na conta estoque da filial em dezembro/98, o que ao seu ver elidiria a infração.

Visando dirimir as dúvidas existentes, o processo foi convertido em diligência por duas vezes, sendo que no segundo Parecer emitido pela ASTEC, o diligente, após analisar os documentos fiscais e as escritas fiscal e contábil, tanto do autuado (filial) como do remetente das mercadorias (matriz), concluiu que a matriz emitiu notas fiscais no mês de dezembro/98 de diversas filiais e como a contabilidade é centralizada, automaticamente incluiu as quantidades contidas nas notas fiscais no estoque da contabilidade do estabelecimento destino (dezembro/98). Acrescentou que como as filiais estão localizadas no extremo do Rio Grande do Sul e Mato Grosso estas mercadorias levam de 05 a 07 dias para chegar no destino (Simões Filho) e que as notas fiscais emitidas a partir do dia 28 a 31/12/98 só foram lançadas na escrita fiscal do autuado a partir de janeiro/99.

Dessa forma, ao se constatar que as notas fiscais emitidas pela matriz em dezembro/98, e registradas na escrita fiscal da filial em janeiro/99, foram efetivamente registradas contabilmente, pela matriz, na conta estoque da filial em dezembro/98, a infração em tela fica elidida, porque não houve a comprovação de que tais mercadorias entraram no estabelecimento autuado em dezembro/98 sem registro na escrita fiscal.

Todavia, o contribuinte deveria ter adotado o procedimento disposto no art. 330, §2º, I, do RICMS/97, ou seja, ter arrolado no seu livro Registro de Inventário, separadamente, as mercadorias pertencentes ao estabelecimento, e que ainda estavam em poder de terceiros.

Nestas circunstâncias, estaria sujeito a penalidade prevista no art. 42, XVIII, “b”, da Lei nº 7.014/96, mas que deve ser objeto de nova ação fiscal, já que exigí-la no presente processo, se estaria alterando o fulcro da autuação.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 206919.0008/00-6, lavrado contra **FRANGOSUL S/A AGRO AVÍCOLA INDUSTRIAL**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de 5 UPF/BA, prevista no art. 42, XVII, da Lei n.º 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 08 de setembro de 2003.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADOR